

RECURSO ESPECIAL Nº 1.784.605 - SP (2018/0323522-1)

RELATOR : **MINISTRO RICARDO VILLAS BÔAS CUEVA**
RECORRENTE : **FAIRWAY LOGÍSTICA E TRANSPORTE LTDA**
RECORRENTE : **EUGENIO SALGUEIRO GOMES**
ADVOGADO : **ORESTE NESTOR DE SOUZA LASPRO - SP098628**
RECORRIDO : **EFFITECH ENGENHARIA LTDA**
ADVOGADOS : **PAULO EDUARDO PINHEIRO DE SOUZA BONILHA - SP242666**
: **GUSTAVO TONELLI - SP375479**
INTERES. : **ALEJANDRO BEAS SANCHEZ**
ADVOGADO : **FERNANDO ANTONIO A DE OLIVEIRA - SP022998**
INTERES. : **SOLARIA BRASIL - COMERCIALIZACAO E FORNECIMENTO DE**
: **PRODUTOS E SOLUCOES ENERGETICAS LTDA**
ADVOGADO : **SEM REPRESENTAÇÃO NOS AUTOS - SE000000M**

DECISÃO

Trata-se de recurso especial interposto por FAIRWAY LOGÍSTICA E TRANSPORTE LTDA. e OUTRO, com fundamento no art. 105, inc. III, alíneas "a" e "c", da Constituição Federal, contra acórdão proferido pelo Tribunal de Justiça do Estado de São Paulo assim ementado:

"AGRAVO DE INSTRUMENTO - EXECUÇÃO DE TÍTULO EXTRAJUDICIAL - DECISÃO QUE INDEFERIU O PEDIDO DE DESCONSIDERAÇÃO DA PERSONALIDADE JURÍDICA DA EXECUTADA REQUISITOS PRESENTES - PREJUDICADA A CONDENAÇÃO EM HONORÁRIOS SUCUMBENCIAIS DETERMINADA NA DECISÃO AGRAVADA - RECURSO PROVIDO" (fl. 334 e-STJ).

Os embargos de declaração opostos, foram rejeitados (fls. 349-350 e-STJ).

No recurso especial, além de indicar dissídio jurisprudencial, os recorrentes alegam violação dos arts. 85 §§ 2º e 14, 489 e 1.022, II do Código de Processo Civil de 2015 e do art. 50 do Código Civil.

Indicam omissão no acórdão recorrido, pois não se pronunciou sobre a alegada ausência dos requisitos para a desconsideração da personalidade jurídica, constantes do art. 50 do CC, e sobre o equívoco na condenação aos honorários de sucumbência.

Sustentam que o simples inadimplemento não é suficiente para garantir a medida extrema da desconsideração da personalidade jurídica. Destacam, ainda, que não tendo o recorrido logrado êxito em comprovar o abuso da personalidade ou a confusão patrimonial, não se há falar em desconsideração da personalidade jurídica.

Requerem o provimento do especial, com a concessão de efeito suspensivo.

Contrarrrazões apresentadas às fls. 424-446 (e-STJ).

É o relatório.

DECIDO.

O recurso merece prosperar.

O acórdão impugnado pelo recurso especial inadmitido foi publicado na vigência do Código de Processo Civil de 2015 (Enunciados Administrativos nºs 2 e 3/STJ).

O Tribunal de origem indicou adequadamente os motivos que lhe formaram o convencimento, analisando de forma clara, precisa e completa as questões relevantes do processo e solucionando a controvérsia com a aplicação do direito que entendeu cabível à hipótese, como se vê do seguintes trechos do acórdão recorrido:

"(...)

Cuida-se de agravo de instrumento interposto contra a decisão que, em incidente próprio, nos autos de execução de título extrajudicial decorrente do inadimplemento de contrato de fornecimento de equipamentos de sistemas de energia solar, indeferiu o pedido de desconconsideração da personalidade jurídica da executada Solaria Brasil Comercialização e Fornecimento de Produtos e Soluções Energéticas Ltda.

Depreende-se dos elementos trazidos aos autos que citada em novembro de 2014, a empresa executada não realizou espontaneamente o pagamento dos valores devidos cujo montante atual é de aproximadamente R\$ 33.800,00.

Desde março de 2015, tem sido feitas diligências (BacenJud fls. 122/124, Penhora e Avaliação fls. 138 e InfoJud fls. 145) com o objetivo de bloquear tais valores. Todas as tentativas restaram infrutíferas, inclusive consta certidão do oficial de justiça informando que a empresa não se encontra no endereço indicado há mais de um ano (fls. 138). Porém, perante o Cadastro Nacional de Pessoa Jurídica e à JUCESP, a empresa continua ativa (fls. 160/165).

Verifica-se assim, que foram esgotados os meios à disposição da credora para a satisfação da dívida.

Portanto, há indícios suficientes de que a personalidade jurídica foi obstáculo que impossibilitou o recebimento dos valores devidos por ausência de patrimônio da sociedade, ensejando o convencimento de que a desconconsideração é a solução para o caso.

Por tais motivos, de rigor o deferimento do pedido, incluindo-se os sócios no polo passivo da ação, com possibilidade de constrição de seus bens.

Diante disso, fica prejudicada a condenação da Agravante em pagar honorários sucumbenciais aos patronos dos terceiros (Fairway/outra e Alejandro), como havia sido determinado na decisão agravada (fls. 28).

Ante o exposto, dou provimento ao agravo para deferir a desconconsideração da personalidade jurídica da empresa Solaria Brasil Comercialização e Fornecimento de Produtos e Soluções Energéticas Ltda" (fls. 335-336 e-STJ).

Não há falar, portanto, em prestação jurisdicional lacunosa ou deficitária apenas pelo fato de o acórdão recorrido ter decidido em sentido oposto à pretensão dos recorrentes.

Por outro lado, ao contrário do entendimento firmado na origem, a jurisprudência do Superior Tribunal de Justiça é firme no sentido de que a existência de

indícios de encerramento irregular da sociedade aliada à falta de bens capazes de satisfazer o crédito não constituem motivos suficientes para a desconsideração da personalidade jurídica.

Confira-se:

"AGRAVO REGIMENTAL NO AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL. CUMPRIMENTO DE SENTENÇA. DESCONSIDERAÇÃO DA PERSONALIDADE JURÍDICA. INDÍCIO DE ENCERRAMENTO IRREGULAR DA SOCIEDADE. CIRCUNSTÂNCIA INSUFICIENTE PARA AUTORIZAR A DESCONSIDERAÇÃO. AGRAVO IMPROVIDO.

1. Não é possível deferir a desconsideração da personalidade jurídica sem prova concreta de fraude ou de abuso de personalidade. Precedentes.

2. A mera dissolução irregular da sociedade não autoriza a desconsideração da personalidade jurídica da sociedade para alcançar bens dos sócios. Precedentes.

3. Agravo regimental a que se nega provimento"

(AgRg no AREsp 757.873/PR, Rel. Ministro MARCO AURÉLIO BELLIZZE, TERCEIRA TURMA, DJe 3/2/2016).

"AGRAVO REGIMENTAL NO AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL. RECURSO INCAPAZ DE ALTERAR O JULGADO. DESCONSIDERAÇÃO DA PERSONALIDADE JURÍDICA. ART. 50 DO CÓDIGO CIVIL. MERA DEMONSTRAÇÃO DE INSOLVÊNCIA OU DE DISSOLUÇÃO IRREGULAR. INSUFICIÊNCIA. PRESSUPOSTOS. AFASTAMENTO. REVISÃO. INVIABILIDADE. REEXAME DE PROVAS. SÚMULA Nº 7/STJ.

1. O encerramento irregular das atividades empresariais, por si só, não é causa para a desconsideração da personalidade jurídica. Precedentes do STJ.

2. É inviável em sede de recurso especial, rever o entendimento do tribunal de origem que afastou a presunção de veracidade da declaração de pobreza e fundamentadamente indeferiu o pedido de justiça gratuita em virtude da incidência da Súmula nº 7/STJ.

3. Agravo regimental não provido"

(AgRg no AREsp 622.972/SC, Rel. Ministro RICARDO VILLAS BÔAS CUEVA, TERCEIRA TURMA, DJe 31/8/2015).

Como visto, a desconsideração da personalidade jurídica é medida excepcional e está subordinada à efetiva comprovação do abuso da personalidade jurídica, caracterizado pelo desvio de finalidade ou pela confusão patrimonial, circunstâncias não reconhecidas na hipótese.

Dessa forma, ao decidir que o encerramento irregular e a ausência de bens seriam suficientes para a aplicação do art. 50 do Código Civil, a Corte Estadual destoou do posicionamento deste Tribunal, merecendo o acórdão recorrido reparo.

Quanto aos honorários sucumbenciais, não são cabíveis pois o pedido de desconsideração da personalidade jurídica é incidente processual. Esta questão já foi objeto de embargos de divergência, julgado pela Corte Especial. Observe-se:

"PROCESSUAL CIVIL. EMBARGOS DE DIVERGÊNCIA NO RECURSO ESPECIAL. INCIDENTE PROCESSUAL. CONDENAÇÃO EM HONORÁRIOS DE SUCUMBÊNCIA. ART. 20, § 1º. DO CPC/1973. IMPOSSIBILIDADE. EMBARGOS DE DIVERGÊNCIA PROVIDOS.

1. A divergência traçada nestes autos trata apenas da condenação em honorários de sucumbência em sede de incidente processual.
2. A jurisprudência desta Corte entende que a melhor exegese do § 1o. do art. 20 do CPC/1973 não permite, por ausência de previsão nele contida, a incidência de honorários advocatícios em incidente processual ou recurso.
3. Embargos de Divergência providos para reformar o acórdão embargado, e negar provimento ao Recurso Especial de POMPÉIA S.A. EXPORTAÇÃO E COMÉRCIO"

(EREsp 1.366.014/SP, Rel. Ministro NAPOLEÃO NUNES MAIA FILHO, CORTE ESPECIAL, julgado em 29/3/2017, DJe 5/4/2017 - grifou-se).

Deste modo, não há que falar em arbitramento de honorários sucumbenciais e desfavor dos recorridos.

Por fim, no tocante ao pedido de efeito suspensivo ao recurso especial, é importante destacar que se trata de medida excepcional e tem por requisito a presença cumulativa do perigo da demora e da fumaça do bom direito, aliados à teratologia ou à manifesta ilegalidade da decisão, o que não ficou evidenciado nos autos.

Em igual sentido:

"PROCESSUAL CIVIL. AGRAVO INTERNO NO AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL. RECURSO MANEJADO SOB A ÉGIDE DO NCPC. EXECUÇÃO PROVISÓRIA. EFEITO SUSPENSIVO A RECURSO ESPECIAL. IMPOSSIBILIDADE. REQUISITOS. AUSÊNCIA. RECURSO MANIFESTAMENTE INADMISSÍVEL. INCIDÊNCIA DA MULTA DO ART. 1.021, § 4º, DO NCPC. AGRAVO NÃO PROVIDO.

1. Aplica-se o NCPC a este julgamento ante os termos do Enunciado Administrativo nº 3 aprovado pelo Plenário do STJ na sessão de 9/3/2016: Aos recursos interpostos com fundamento no CPC/2015 (relativos a decisões publicadas a partir de 18 de março de 2016) serão exigidos os requisitos de admissibilidade recursal na forma do novo CPC.

2. A atribuição de efeito suspensivo a recurso especial depende da presença cumulativa dos requisitos do *periculum in mora* e do *fumus boni juris*, aliados à teratologia ou à manifesta ilegalidade da decisão.

3. Em razão da improcedência do presente recurso, e da anterior advertência em relação à aplicabilidade do NCPC, incide ao caso a multa prevista no art. 1.021, § 4º, do NCPC, no percentual de 3% sobre o valor atualizado da causa, ficando a interposição de qualquer outro recurso condicionada ao depósito da respectiva quantia, nos termos do § 5º daquele artigo de lei.

4. Agravo interno não provido, com imposição de multa."

(AgInt no AREsp 960.129/SP, Rel. Ministro MOURA RIBEIRO, TERCEIRA TURMA, julgado em 04/5/2017, DJe 29/5/2017 - grifou-se)

Ante o exposto, dou parcial provimento ao recurso especial para afastar a desconsideração da personalidade jurídica da parte recorrente.

Publique-se.

Intimem-se.

Superior Tribunal de Justiça

DIÁRIO DA JUSTIÇA ELETRÔNICO

Edição nº 2615 - Brasília, Disponibilização: Quarta-feira, 20 de Fevereiro de 2019 Publicação: Quinta-feira, 21 de Fevereiro de 2019

Brasília (DF), 11 de fevereiro de 2019.

Ministro RICARDO VILLAS BÔAS CUEVA
Ministro

